

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

RELATÓRIO

**DA AUDIÇÃO DO GESTOR PÚBLICO INDIGITADO PARA A PRESIDÊNCIA DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA PORTOS DOS AÇORES, S.A.**

26 DE ABRIL DE 2021



TRABALHOS DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 26 de abril de 2021, na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Angra do Heroísmo, Terceira, com recurso a videoconferência, a fim de proceder à audição do Capitão-Tenente Rui Filipe da Silva Pereira da Terra, indigitado pelo Governo Regional dos Açores para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da empresa Portos dos Açores, S.A.

O *Curriculum Vitae* do Capitão-Tenente Rui Filipe da Silva Pereira da Terra fica anexo ao presente relatório, do qual faz parte integrante.

1.º. CAPÍTULO – ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A presente audição é efetuada nos termos e para os efeitos previstos nos números 2 e 4 do artigo 12.º e artigo 12.º-A do Estatuto do Gestor Público Regional, o qual foi republicado em Anexo ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2014/A, de 30 de outubro.

“A comissão especializada permanente respetiva deve proceder à audição no prazo de vinte dias, a contar da data do despacho do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores” (cf. previsto no n.º 3 do artigo 12.º-A).

“A comissão referida no número anterior, ao abrigo das correspondentes normas regimentais, elabora um relatório, do qual deve constar a audição do gestor público indigitado, bem como a posição dos partidos que integrem a comissão sobre a referida audição” (cf. n.º 4 do artigo 12.º-A).

Por fim, refira-se que “O relatório é obrigatoriamente enviado, no prazo de cinco dias, pelo Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores ao Presidente do Governo Regional dos Açores, para os devidos efeitos” (cf. n.º 5 do artigo 12.º-A).



2.º. CAPÍTULO – AUDIÇÃO DO GESTOR INDIGITADO

O Capitão-Tenente Rui Filipe da Silva Pereira da Terra começou a sua intervenção, apresentando-se como Oficial da Marinha de Guerra Portuguesa, com o qual manterá ligação durante a comissão de serviço que, previsivelmente, iniciará na empresa pública regional Portos dos Açores.

Referiu que foi convidado recentemente para o exercício dessas funções, esclarecendo que o processo de requisição para um oficial de Marinha é diferente da disponibilidade de alguém que esteja a trabalhar numa empresa pública, o que explica este hiato temporal entre o convite e a futura tomada de posse.

Explicou que a sua carreira começou aos 16 anos, com a sua entrada para a escola naval, onde fez o curso de licenciatura em ciências militares navais, confirmando que sempre trabalhou na Marinha, dentro da área militar naval, onde teve a oportunidade de desempenhar alguns cargos ligados à gestão de pessoal e gestão de âmbito material das unidades navais por onde passou e nas unidades navais que apoiou.

Teve a oportunidade de comandar uma Lancha Costeira (Minho) e um Navio Patrulha, que circulou entre Portugal Continental e o arquipélago da Madeira.

Referiu que, curiosamente, nas suas navegações só usou uma vez o mar dos Açores, mais propriamente São Miguel.

Acrescentou que todos, de alguma maneira, nascem voltados ao mar e durante a sua infância teve sempre ligado ao Porto da Horta onde descobriu a náutica de recreio e a vela, tendo sido assim que começou seu interesse pelo mar e é daí que vem o seu percurso e a sua escolha profissional.

Acrescentou que era especializado em comunicações e atualmente é doutorando no curso de relações internacionais, cuja tese será entregue no início do ano que vem.

Este foi o seu percurso académico e o seu percurso curricular e, na sequência do convite que lhe foi endereçado, referiu que, quando teve a possibilidade de conferenciar com os seus chefes no sentido de obter a devida autorização para poder exercer estas funções, percebeu que a Marinha via como uma mais valia ter um dos seus quadros oficial superior ligado a esta área que é vocacionada para o mar.

O Deputado Nuno Barata perguntou, do ponto de vista da Marinha, que sentido estratégico o Comandante Rui Terra tem para a empresa e que opinião tem, como faialense e como futuro Presidente da Portos dos Açores, sobre o projeto que existe para o Porto da Horta, processo que tem tido alguma polémica, quer no Faial, quer nos Açores em geral.

O Capitão-Tenente explicou que a sua carreira, que junta a componente marítima com a componente académica muito vocacionada para a área marítima, pode ajudar a desenvolver o sentido estratégico mais adequado para cada porto, porque tem a noção de que em todos os portos existem dificuldades que tem de ser geridas atualmente, mas também mais a médio e a longo prazo.



Referiu ainda que, apesar de condicionados pela atual situação pandémica associada ao coronavírus, tudo indica que irá haver uma retoma económica mundial que terá impacto nos Açores e isso gera uma série de oportunidades, nomeadamente através de aquisição de determinados fundos que podem ser aplicados no futuro próximo e assim reforçar a posição da Portos dos Açores, a nível interno, portanto facilitar a vida a quem vive nos Açores, mas, acima de tudo, contribuir para uma melhor imagem dos nossos portos.

Sobre o projeto do Porto da Horta, e isso era do conhecimento público, admite que encara como um grande desafio pessoal e profissional tudo o que venha a ser trabalhado e investido no Porto da Horta, mas não tem dúvidas de que quem avançou com os projetos tomou as melhores decisões com informação que tinha na altura e também não tem dúvidas que com os dados de hoje poderão tomar-se novas e melhores decisões.

Disse ainda que é um interessado pessoal neste projeto, mas entende que o que está em causa é encontrar as melhores soluções para todos os portos porque se se conseguir encontrar as melhores soluções para todos os portos voltamos ao sentido estratégico inicial que já referiu, que é os açorianos serem melhor servidos e conseguir-se projetar melhor imagem dos nossos serviços.

O Deputado Carlos Silva perguntou o que queria dizer quando afirmava que pretendia melhorar a imagem dos portos da Região, o que pretende para o futuro da Portos dos Açores, empresa estratégica para a Região, por onde passa 90% das importações.

Perguntou ainda o que conhecia relativamente aos recursos humanos, sobre o plano de investimentos que está em curso e sobre a situação económica e financeira.

Segundo o Deputado, da análise do currículo do Indigitado, com todo um percurso essa área, mas vendo o plano de investimento pergunta que experiência tem como gestor público e que conhecimentos tem ao nível da contratação pública, uma vez que esta empresa é responsável pela realização de obras nos portos.

O Deputado, referindo-se à afirmação do Capitão-Tenente que o Porto da Horta era do seu interesse pessoal, perguntou se isso significava que os outros portos não tinham um interesse particular para ele ou se iria dar uma maior atenção ao Porto da Horta do que aos outros 14 portos da Região.

Perguntou ainda, relativamente ao investimento no Porto da Horta, se este não avançar se isso significará uma derrota e, no que se refere ao Porto de Ponta Delgada, perguntou também o que pensa sobre a sua operacionalidade, uma vez que foi encomendado um estudo.

O Presidente Indigitado disse que o seu conhecimento da empresa decorre da informação que foi partilhada com ele e que no futuro, após a tomada de posse, analisará, com a equipa, os projetos, o que quer dizer, em boa verdade, que o seu conhecimento atual se baseia na leitura dos relatórios e contas dos anos anteriores que são amplamente consolidados, são muitos discriminativos relativamente a tudo o que tem sido feito nos últimos anos nos portos dos Açores.

Referiu ainda que terá alguma orientação superior no sentido de perceber o que é que se pretende fazer e o que está plasmado no recentemente aprovado Orçamento para a Região e fazer uma conciliação entre os objetivos da empresa e os objetivos definidos.



Defendeu que, no desempenho de funções e depois de conhecer os projetos, com as suas equipas, haverá respostas muito mais detalhadas a dar, comprometendo-se a dar essas informações relativamente às obras e planos de investimentos.

Em termos de prioridades, aquilo que neste momento está refletido no último relatório de contas, que será apresentado brevemente na próxima assembleia geral da Portos dos Açores, passa, numa primeira fase, pela reparação dos danos causados pelo furacão Lorenzo, identificados, quantificados e contratados no sentido de repor as condições de utilização dos portos e rentabilizá-los.

Em termos de experiência prévia na administração pública, admitiu que em funções públicas não tem nenhuma, mas que tinha experiência da administração interna no âmbito da Marinha, desde a área do pessoal, área do material, área das reparações e a área do planeamento estratégico, nomeadamente no empenho de meios e recursos humanos no sentido de obter a realização de missões com a maior taxa de eficácia possível.

Referiu ainda que a Portos dos Açores tem o seu objetivo muito bem definido, que é tornar-se uma referência no âmbito do serviço público que envolve todos os portos e toda a gestão de incluindo a náutica de recreio.

Releva, a título de exemplo, a recente experiência como Capitão Porto em Cascais onde a gestão do domínio público era uma constante, lembrando que vai ter de se adaptar à legislação regional, nomeadamente aprofundar conhecimentos.

Sobre o Porto da Horta, referiu que este é mais um dos vários portos que estão associados e que depois de tomar posse no cargo, assegura que serão tratados com isenção, transparência e clareza, acrescentando que não tem o sentimento de dedicação exclusiva a este porto, sendo que apenas se identifica mais porque é faialense e pelo facto de ter vivido com a comunidade local quando uns se identificavam e os outros não, relativamente ao projeto apresentado.

Disse ainda que teve a oportunidade, quando era mais novo, de conhecer quase todos os portos no âmbito do desporto recreativo que fazia, a vela.

O Porto de Ponta Delgada, para o Capitão-Tenente, é e será sempre um porto onde entra mais mercadorias, mais passageiros, onde há melhores meios e adequadas condições para exercer aquilo que é o desafio da Portos dos Açores, ou seja, uma cuidada gestão de mercadorias, entradas e saídas de materiais, de cruzeiros e pessoas, e essa condição implica ter desafios próprios.

Admitiu, pelos seus conhecimentos, que num futuro próximo os Açores e os seus portos irão ter várias oportunidades, nomeadamente no reforço do segmento de cruzeiros, no segmento pouco falado dos super-iates e mega-iates, o que implica vários objetivos de futuro que não pode detalhar agora, mas que poderá abordar mais tarde.

O Deputado Rui Martins começou por dizer que, relativamente ao Porto da Horta, estava na hora de tomar decisões e, como se sabe, o bom é inimigo do ótimo e nesse sentido não lhe parecia que a sua opinião pessoal iria entrar em conflito com as decisões concretas que o Presidente Indigitado terá de tomar.

Pedi para clarificar se neste momento estava incumbido de defender os interesses da Região e da empresa e não da instituição que serviu, ou seja a Marinha.



O Capitão-Tenente afirmou que o seu comprometimento e dedicação total seria com a Região e com a Portos dos Açores e não via a Marinha sequer como ativo competidor, porque não tem qualquer segmento de mercado que compita com a Portos dos Açores, mas que é justo reconhecer que a Marinha é, para si, uma referência, a casa onde foi formado e lhe deu a experiência marítima, reconhecendo que também para a Marinha esta é um oportunidade de projetar um dos seus para uma zona onde eles dependem da ação da empresa.

Usando uma máxima muito conhecida, a sorte dá muito trabalho, o Capitão-Tenente, acrescentou que a empresa tem de se empenhar, em primeiro lugar para os Açorianos e em segundo na projeção dos Açores para o exterior e a Marinha será um cliente, tal como serão todos os outros.

O Deputado António Vasco Viveiros disse que não o preocupa nada que o Convidado não tenha qualquer experiência direta na contratação pública, porque esta matéria fazia parte dos serviços de apoio à administração, nomeadamente os serviços jurídicos e relativamente à contratação pública o que muitas vezes importa é ter bons projetos, boas estimativas de custos, boa fiscalização para impedir que se tenha de recorrer aos mecanismos da contratação pública do ponto de vista de reclamação, de litígios, estando certo que a experiência na Marinha não só é válida do ponto de vista da experiência com portos e o mar, mas também do ponto de vista da direção de recursos humanos, do ponto de vista da motivação de equipas, que são, no fundo, questões essenciais para quem dirige uma empresa com um elevado número de colaboradores e elevado esforço do ponto de vista financeiro.

Perguntou se já conhecia a situação financeira da Portos dos Açores, que, na verdade, e no contexto das empresas públicas da Região não é um caso preocupante porque tem capitais próprios positivos, mas registando um passivo de 130 euros milhões de euros.

Referiu que nos últimos 4 anos teve resultados negativos, ou seja, 3 milhões de euros negativos em 2016, 7 milhões em 2017, 2 milhões em 2018, 3 milhões em 2019 e, portanto, há aqui resultados negativos acumulados.

A primeira pergunta é se daquilo que avaliou das contas, qual a perceção da situação financeira e, ainda que não tenha iniciado funções, quais eram as prioridades para a Portos dos Açores, independentemente da questão da comunicação, que é uma questão naturalmente importante.

O Capitão-Tenente referiu, relativamente à parte financeira, que depois da leitura dos relatórios e contas dos últimos anos, que a Portos dos Açores continua a ser uma empresa cujo passado carrega alguns recursos financeiros que implicam uma gestão diferenciada a vários níveis.

Mas daquilo que se apercebeu, também existem algumas oportunidades de melhoria e daquilo que já foi feito e é notório o esforço de consolidação de contas adequado à realidade que estamos a viver, ou seja, foram referidos vários passivos decorrentes de cada ano de execução, mas julga que era importante aqui dar uma nota positiva sobre o ano passado, pois todas as entradas e saídas de material e de cruzeiros foram amplamente afetadas, a carga contentorizada e todas as outras vertentes de atuação nos portos dos Açores foram altamente afetadas pelo cenário pandémico que se viveu, acrescentando ainda os prejuízos da passagem do furacão Lorenzo que também teve consequências nas operações e na atividade deixando inclusive algumas ilhas com muitas dificuldades de sustentação logística.



No relatório que será apresentado brevemente regista-se uma melhoria que foi feita ao nível de tempos de cobrança de dívidas e tempos de pagamento a fornecedores, indicadores nessa área financeira específica, que não sendo excelentes, são francamente animadores mesmo atendendo ao cenário pandémico se viveu.

Julga que a recuperação será relativamente rápida a curto e a médio prazo, não conseguindo quantificar quando porque também não conhece os números em detalhe, mas não é uma situação que lhe cause transtorno e apreensão até porque daquilo que consegue ler nos relatórios tem-se conseguido manter a empresa num rácio de investimento que é aceitável e dá nota da credibilidade pública da empresa, quer internamente, quer externamente.

Na sua opinião, com bom senso e muita racionalidade nas opções de futuro e com bom aconselhamento financeiro, que já existe na empresa, surgirão as respostas no âmbito dos investimentos.

Qualquer projeto que seja iniciado pela Portos dos Açores terá sempre o objetivo de dar qualidade de vida às pessoas que vivem nessa ilha e aumentar valor da Região.

Referiu ainda que neste momento existe um desafio que tem a ver com a média de idade dos funcionários da Portos do Açores, que ronda os 45 anos e isso significa que nos próximos 5 anos uma das preocupações da administração será, sem dúvida, a renovação do quadro de pessoal.

O Deputado Paulo Estevão, iniciou a sua intervenção explicando que a Portos dos Açores era uma empresa estratégica para os Açores, e que esta empresa deveria ter uma autonomia unificada com preocupação de servir todas as ilhas e as suas populações.

Lamentou o facto de nem todos os Deputados terem essa visão e que alimentam bairrismos estéreis que não tem nenhum sentido nem servem a autonomia dos Açores e os Açores, que devem estar acima de tudo, incluindo estes bairrismos artificiais.

No âmbito da empresa, tem conhecimento que no passado recente a Administração tem vindo a contactar e a esclarecer as populações relativamente a investimentos, mas parece que não tem sido o suficiente, perguntando, no âmbito dos projetos a desenvolver, se vai incrementar o diálogo com as populações e com quem tem conhecimentos específicos de cada um dos portos.

Relativamente ao Porto das Lajes das Flores, obra que considera de grande complexidade, mas estratégica para o Grupo Ocidental e para todo o arquipélago, perguntou qual a perceção relativamente àquela recuperação.

Por fim, afirmou ainda que o currículo do Capitão-Tenente falava por si, acrescentando que era extraordinário para o cargo que vai ocupar.

O Presidente Indigitado começou por afirmar que também tinha sentido isso durante muito tempo relativamente às anteriores administrações, que conheceu em diferentes fases da sua vida, da importância de manter o diálogo aberto e manter envolvidos todos os parceiros e todos os clientes, afirmando não ser esta uma opção, mas uma obrigação conversar e em permanente atitude construtiva, objetivo que será um dos seus desígnios.

No âmbito específico da Horta viu a disponibilidade do Presidente à data para passar essa informação, para tentar a envolver as pessoas e para tentar que a informação fluísse e o seu comprometimento é que isso não é opcional nesta Administração. Os projetos avançam com o



maior envolvimento, há decisões têm de ser tomadas porque o futuro urge, porque as oportunidades passam e neste processo será o mais disponível possível e tentará ser o mais fundamentado e melhor preparado possível para quando confrontado com situações em que têm de explicar projetos, prioridades e metas.

O Deputado Pedro Neves disse que o bairrismo é o tipo de conversa que não interessa a ninguém, explicando que temos de ter um pensamento único para agir onde existem mais necessidades e que ninguém mete em questão a isenção de uma pessoa que é indigitada pelo Conselho do Governo.

Segundo o Deputado, e citando o Parlamentar anterior, esta é uma empresa de elevada importância para os Açores.

Referiu que existe uma conotação política do cargo a ocupar e perguntou porque tinha sido exonerado do cargo de Capitão do Porto de Cascais pelo Almirante António Calado, ainda não fez um ano, e se a queixa crime em que foi arguido se estava resolvida ou se constitui uma questão que pode rebentar a qualquer momento e causar problemas ao Governo e à Assembleia Legislativa.

O Capitão-Tenente agradeceu a pergunta, porque, segundo ele, se reveste de alguma importância.

Lembrou que foi convidado para o cargo e está nesta comissão para ser julgado pelas suas competências profissionais e não por razões pessoais, deixando claro que não foi exonerado, mas antes pediu a sua exoneração no âmbito das funções de Capitão do Porto de Cascais, por motivos pessoais, que o afetaram e também a sua família, e que queria reservar.

Referiu ainda que com essa exoneração pretendeu preservar a sua família e a instituição que servia e isso foi entendido pelos seus chefes e acha que foi a melhor decisão que poderia ter tomado naquele momento.

Assegurou que os motivos que levaram ao pedido de exoneração não vão servir, nem no presente nem futuro, para afetar o seu desempenho, esclarecendo que esse assunto está resolvido e bem resolvido, não antecipando qualquer problema que possa daí advir.

Deixou ainda a garantia que em qualquer momento que sinta que, decorrente das suas atitudes, das suas escolhas ou das suas decisões, algo possa interferir, tomará a mesma atitude e a Portos dos Açores nunca será prejudicada. “Essa é a garantia que eu deixo”, referiu o Capitão-Tenente.

O Deputado Pedro Neves disse que também era reservado, mas ao exercer um cargo político isso era difícil de conseguir, explicando que nunca falou sobre a sua família. Perguntou, por ainda ter dúvidas, se a queixa crime tinha transitado em julgado ou se já estava resolvida.

Em resposta, o Oficial da Marinha afirmou que o processo não foi julgado nem estava em trânsito, sendo esta a única informação que podia adiantar.

O Deputado Carlos Furtado perguntou para quando um plano a prazo para a Portos dos Açores.

O Capitão-Tenente, respondendo à questão colocada, disse que era um pouco prematuro falar no plano a prazo, estando neste momento a perceber internamente as mais valias e das maneiras que podem contribuir para um plano a prazo. Primeiro conhecer as pessoas e pôr-se



a par dos projetos, das preocupações e daquilo que se pode resolver a curto e médio prazo, para identificar o que a longo prazo nos fará falta.

Afirmou que já há algum tempo que a Portos dos Açores vem produzindo as linhas estratégicas, plasmadas em documentos públicos, julgando que o que se tem de trabalhar para o futuro é a manutenção da nossa posição geoestratégica e tentar potenciar isso em função das populações.

O Deputado Nuno Barata quis fazer um ponto de situação, afirmando que a oposição anterior e que agora é a situação, quis fazer bairrismo do mais vil utilizando a Portos dos Açores, criticando mesmo a nomeação de uma pessoa do Pico para o seu Conselho de Administração, criticando também o PS por agora se constituir defensor de S. Miguel, lembrando os presentes que o único porto que tem resultados positivos é o de Ponta Delgada e se alguém é culpado de fazer a redistribuição desses resultados pelos outros portos, e bem, foi o PS.

Defende que o acionista deve interferir menos na Portos dos Açores.

A título de exemplo, aflorou a política tarifária onde o acionista tem exigido descontos de 50% em alguns segmentos, nomeadamente o de cruzeiros, enquanto se vende lá fora a Região como um destino de qualidade.

O caso da náutica de recreio, a situação ainda é mais grave, porque a Portos dos Açores suporta 50% das marinas, segundo o Deputado, perguntando se o novo Administrador está na disposição de rever o tarifário das marinas porque está completamente desadequado.

Perguntou, para além disso, qual a estratégia para vender os portos e marinas dos Açores.

O Deputado Carlos Silva perguntou se tencionava rever os tarifários numa situação socioeconómica como a que vivemos atualmente e se considera o hidrogénio como uma oportunidade para os portos da Região.

O Capitão-Tenente afirmou que a experiência da Capitania do Porto de Cascais deu-lhe a perspetiva do pagador, ou seja, do cliente e tem a noção do que oferecemos e do que cobramos, sendo o ideal que as tarifas no Continente, Madeira e Açores fossem equiparadas, através da harmonização dos preços em todo o território nacional.

Um dos desafios que gostava de trazer era que os tarifários dos segmentos dos cruzeiros, da náutica de recreio e da atividade portuária propriamente dita, mais do que uniformizar seria tornar públicas as condições de todos os portos e marinas.

Relativamente à imagem, reconhece que muito já foi feito e que a empresa tem uma imagem credível.

Acredita que o futuro poderá trazer outras oportunidades, nomeadamente parcerias com a Nato e com outros países, que obrigarão a reforçar as estruturas e os serviços.

Relativamente às tarifas, revelou que tendencialmente será para uniformizar, sem, no entanto, deixar de estar atento às especificidades de cada um dos portos.

No que se refere ao hidrogénio, diz que a tendência é a descarbonização, mas não tem a informação se isso é opção.

O Deputado Paulo Estevão repudiou as afirmações do Deputado Nuno Barata relativamente ao bairrismo.



O Deputado Nuno Barata esclareceu que se referiu à oposição que agora é a situação e não ao Deputado Paulo Estevão.

Esclareceu, de seguida, que os tarifários já estão harmonizados, sendo igual em todos os portos, não havendo um simulador de tarifas por estas serem muito complexas, que geram milhares de preços únicos dependendo de diversos fatores e variáveis.

Disse ainda que o Capitão-Tenente tem uma tarefa difícil, mas muito importante nesta transição digital da Portos dos Açores que, segundo o Deputado, está bem adiantada.

Disse ainda que a questão da abertura dos portos à população esbarra na legislação internacional, mas perguntou se tinha algum truque para ultrapassar essa dificuldade.

O Capitão-Tenente disse que a legislação é muito apertada, nomeadamente pelo facto da segurança aumentar consoante o nível de ameaça, considerando que essa abertura talvez não se concretize de acordo com o que perspectivava, mas ao serem monitorizados permanentemente pode haver a oportunidade para existir alguma flexibilidade, garantindo sempre a segurança da infraestrutura, lembrando que podem haver dias em que a ameaça é zero e essas oportunidades devem ser aproveitadas.

3º. CAPÍTULO – POSIÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS

PS: O GP do PS aprova o relatório e abstém-se relativamente à audição.

PSD: O GP dá parecer favorável á nomeação proposta e aprova o respetivo Relatório.

CDS-PP: O GP do CDS-PP dá parecer favorável ao relatório e à nomeação do comandante Rui Terra para a Portos dos Açores.

CH: Não emitiu posição.

PPM: Na audição do Capitão-Tenente Rui Filipe da Silva Pereira da Terra, indigitado pelo Governo Regional dos Açores para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da empresa Portos dos Açores, S.A., ficou patente a excelente preparação que o mesmo possui para desempenhar de forma competente as funções para as quais foi indigitado pelo Governo dos Açores. Algo que o seu Curriculum Vitae de exceção já evidenciava e que ficou confirmado. O PPM dá, assim, um parecer favorável à indigitação proposta pelo Governo dos Açores.



IL: Não emitiu posição.

PAN: Não emitiu posição.

Angra do Heroísmo, 26 de abril de 2021.

O Relator,

(José Ávila)

O presente relatório **foi aprovado por unanimidade.**

Ao presente relatório é anexo o *Curriculum Vitae*.

O Presidente,

(Sérgio Ávila)